

**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA****AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT**

(Processo Administrativo nº 50500.039562/2023-85)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DO CREDENCIAMENTO**

1.1. Credenciamento para a prestação de serviço de remoção e guarda de veículos decorrentes dos trabalhos de fiscalização do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (TRIIP) no combate ao transporte clandestino, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Especificação dos serviços								
<u>Grupo</u>	<u>Item</u>	<u>Quantidade anual</u>	<u>Unidade de Medida</u>	<u>Descrição</u>	<u>CATSER</u>	<u>Valor unitário a ser pago pelo serviço</u>	<u>Total anual (Qtd anual x Valor unitário a ser pago pelo serviço)</u>	<u>Total 60 meses (5 anos) (Total anual x 5)</u>
1	1	110	serviço	Remoção de veículo de até 1.500kg - raio de até 300km (incluindo veículos com mais de quatro rodas).	14630	R\$ 263,06	R\$ 28.936,60	R\$ 144.683,00
	2	5.575	km	Acréscimo por quilômetro rodado para a remoção de veículo de até 1.500kg (incluindo veículos com mais de quatro rodas)		R\$ 6,80	R\$ 37.910,00	R\$ 189.550,00
	3	883	diária	Estadia diária de veículo utilitário de veículo de até 1.500kg		R\$ 60,71	R\$ 53.606,93	R\$ 268.034,65
2	4	365	serviço	Remoção de veículo pesado acima de 1.500 kg - raio de até 300km (incluindo vans, ônibus e caminhões)		R\$ 538,35	R\$ 196.497,75	R\$ 982.488,75

	5	37.866	km	Acréscimo por quilômetro rodado para a remoção de veículo pesado acima de 1.500 kg (incluindo vans, ônibus e caminhões).	R\$ 10,16	R\$ 384.718,56	R\$ 1.923.592,80
	6	4.977	diária	Estadia diária de veículo acima de 1.500 kg	R\$ 195,60	R\$ 973.501,20	R\$ 4.867.506,00
					TOTAL	R\$ 1.675.171,04	R\$ 8.375.855,20

- 1.2. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados da publicação do edital de credenciamento, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência das contratações a serem firmadas com os credenciados, deverá ser concomitante à data final de vigência do credenciamento, apresentada no item 1.2.
- 1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista sua necessidade para a manutenção das atividades de fiscalização da ANTT, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a quantidade e periodicidade das operações.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DO CREDENCIAMENTO

- 2.1. A Fundamentação do credenciamento e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2024], conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 04898488000177-0-000001/2024;
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2024;
- III) Id do item no PCA: 110;
- IV) Classe/Grupo: 859;
- V) Identificador da Futura Contratação: 393001-71/2024.

- 2.3. Embora conste no item II.44 do Plano de Contratações Anual 2024, por não se tratar de uma contratação da ANTT e não incorrer em despesas, não consta no PNCP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DO CREDENCIAMENTO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 4.1.1. Compete ao Credenciado, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no Objetivo 12 do Plano de Logística Sustentável da ANTT - 2024-2027 (SEI 21465876), no sentido de assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis aos procedimentos realizados.
- 4.1.2. O Credenciado se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a ANTT, pelos eventuais prejuízos causados à Agência.
- 4.1.3. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de ruídos fixados nas CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08/1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.
- 4.1.4. Os veículos automotores utilizados na prestação dos serviços deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.
- 4.1.5. Conforme preconizado na RESOLUÇÃO CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005, que sejam tomadas medidas para evitar o derramamento de óleos usados ou contaminados em solos, subsolos, nas águas interiores, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e nos sistemas de esgoto ou evacuação de águas residuais.
- 4.1.6. No que tange à RESOLUÇÃO Nº 416, DE 30 DE SETEMBRO DE 2009, o armazenamento temporário de pneus deve garantir as condições necessárias à prevenção dos danos ambientais e de saúde pública.

Subcontratação

- 4.2. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
- 4.2.1. É vedada a subcontratação completa ou de qualquer outra fração do objeto que não seja a elencada no item 4.2.2 deste termo.
- 4.2.2. A subcontratação fica limitada ao guincho a ser utilizado para remoção dos veículos até os pátios de destino.

#### **Garantia da contratação**

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

#### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

##### **Condições de execução**

- 5.1. A execução do credenciamento seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 10 dias corridos contados a partir da data de assinatura do TERMO DE REQUERIMENTO, RESPONSABILIDADE E ADESÃO AO CREDENCIAMENTO com a credenciada.
- 5.1.2. São elegíveis para participar deste Edital de Credenciamento as entidades públicas ou privadas que gozarem de regularidade cadastral, fiscal, contábil, trabalhista, jurídica, administrativa, econômico-financeira e técnica, e atenderem às exigências contidas neste Termo de Referência.
- 5.1.3. A análise da documentação constante no processo de credenciamento será da competência exclusiva da ANTT.
- 5.1.4. A credenciada poderá ter seu credenciamento efetivado nos 2 grupos desde que preenchidos os requisitos mínimos.
- 5.1.5. Deverá ser protocolado junto à ANTT, no prazo devido, o Termo de Requerimento, Responsabilidade e Adesão ao Credenciamento, cujo a minuta consta no Anexo II deste Termo de Referência. O termo deve ser acompanhado da documentação prevista neste documento, no Edital e seus anexos.
- 5.2. Não poderão participar do credenciamento para a prestação de serviço de remoção e guarda de veículos:
- 5.2.1. Empresas em Consórcios, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 5.2.2. Empresas suspensas temporariamente de participar em licitação realizada pela ANTT;
- 5.2.3. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 5.2.4. Empresas impedidas de contratar com a ANTT em razão de outras sanções administrativas ou judicialmente aplicadas;
- 5.2.5. Empresas de sócios com parentesco até o segundo grau de servidores da ANTT;
- 5.2.6. Empresas que não preencherem as condições de credenciamento estipuladas no Edital;
- 5.3. A participação do credenciamento implica em aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital e em seus anexos, além do exposto cumprimento do disposto no Decreto nº 11.878 de 09/01/2024, bem como na Lei nº 14.133 de 01/04/2021. O descumprimento de qualquer dessas condições implicará no imediato descredenciamento da empresa.
- 5.4. O credenciamento seguirá o procedimento estabelecido no Decreto nº 11.878/24, devendo a ANTT divulgar edital contendo os requisitos, o período de recebimento dos requerimentos de participação e documentação comprobatória das empresas interessadas, bem como todas as informações necessárias ao credenciamento a ser realizado de forma eletrônica por meio do [compras.gov.br](https://compras.gov.br).
- 5.5. Após o recebimento dos Termos de Requerimento, Responsabilidade e Adesão ao Credenciamento, decorridos os prazos legais previstos em edital, a ANTT realizará a habilitação das empresas que atenderem aos requisitos de participação.
- 5.6. As convocações para utilização dos serviços, seguirão conforme o procedimento a seguir:
- 5.6.1. A ANTT acionará para prestação do serviço a credenciada mais próxima da operação realizada no Estado e/ou do cometimento da infração, seguindo o critério de proximidade e rodízio entre os pátios.
- 5.6.2. Caso a apreensão ocorra em localidade de divisa do estado, será permitido o credenciamento do pátio em outro estado, desde que seja mais próximo do pátio pertencente ao estado da respectiva apreensão.
- 5.6.3. Somente serão acionadas para prestação dos serviços, as empresas que tenham sido habilitadas nos prazos previamente estabelecidos no Edital.
- 5.6.4. Durante a vigência de 120 (cento e vinte) meses do credenciamento, as empresas credenciadas poderão ser convocados para prestação de serviços.
- 5.6.5. Em caso de não comparecimento da empresa no prazo de até 04 (horas) horas após a convocação, a ANTT, considerando o critério de proximidade e rodízio entre os pátios poderá convocar a outra empresa próxima ao local da operação realizada e/ou do cometimento da infração para solicitar a prestação do serviço.
- 5.7. A credenciada que recusar o serviço durante a vigência, terá seu credenciamento rescindido, estando sujeito à aplicação das sanções legais previstas, sendo assegurado o contraditório e ampla defesa.
- 5.8. Entretanto, de mesmo modo que autorizada a fazê-lo a qualquer tempo na forma de suas prerrogativas, a ANTT solicitará informações para confirmação das regularidades para a manutenção da atividade e correta vinculação de pátios, profissionais e veículos à credenciada.
- 5.9. É facultada a transferência do controle ou a alteração no quadro societário ou titular da credenciada, desde que informada à ANTT.
- 5.10. O(s) signatário(s) declara(ram)-se de pleno acordo com as normas estabelecidas no presente Termo de Referência.
- 5.11. Dado o seu caráter de abrangência e amplitude, o credenciamento poderá ser realizado a qualquer tempo dentro do período de vigência deste TR.

5.12. Não será deferido o requerimento de empresa que não preencher os requisitos constantes no edital.

5.13. **DESCRENCIAMENTO**

5.14. O credenciamento poderá ser encerrado quando houver:

5.14.1. pedido formalizado pelo credenciado;

5.14.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

5.14.3. descumprimento injustificado pela credenciada; e

5.14.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

5.14.5. Desatendidos os requisitos legais e regulamentares, poderá ser cancelado o credenciamento.

5.15. Havendo constatação de irregularidades e/ou cancelamento do credenciamento, o credenciado poderá sofrer aplicação de multa de 0,2% do valor anual estimado para o credenciamento.

5.16. **DOCUMENTOS OBRIGATORIOS:**

5.16.1. TERMO DE REQUERIMENTO, RESPONSABILIDADE E ADESÃO AO CREDENCIAMENTO, anexo ao presente Termo de Referência, devidamente assinado pelo representante da empresa postulante do credenciamento;

5.16.2. Comprovante de Situação Cadastral perante a Receita Federal, constando CNAE compatível com atividade principal ou secundária a ser realizada e para a qual está se cadastrando;

5.16.3. Comprovação de habilitação para emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);

5.16.4. Relação de profissionais e veículos a serem empregados na prestação dos serviços objetos do presente edital;

5.16.5. Croqui e fotos dos pátios a serem utilizados, com inserção das devidas dimensões;

5.16.6. Os documentos necessários ao credenciamento devem ser transmitidos pelo postulante via Sistema Eletrônico de Informações da ANTT (SEI-ANTT), utilizando-se da função "Usuário Externo" ou nos setores de protocolos da ANTT (regionais e sede).

5.16.7. Excepcionalmente, em caso de necessidade, é admitida a entrada com postulação e documentos por meio eletrônico a ser indicado pela ANTT.

5.16.8. Após análise e aprovação dos elementos apresentados, a ANTT poderá se utilizar de qualquer meio de comunicação para cientificar a empresa, que poderá dar início às atividades objeto do credenciamento.

5.17. **DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES ENVOLVIDAS:**

5.17.1. A contratação das entidades privadas de remoção e guarda de veículos retidos ou apreendidos é um ato de responsabilidade do infrator, visto que os serviços são utilizados para resguardo de seus bens. Entretanto, cabe à ANTT a responsabilidade de acionar os serviços credenciados para viabilização da medida administrativa cabível, segundo sua própria conveniência e logística operacional.

5.17.2. Cabe à Credenciada a responsabilidade sobre a integridade do veículo apreendido ou retido conforme TERMO DE REQUERIMENTO, RESPONSABILIDADE E ADESÃO AO CREDENCIAMENTO assinado no ato de credenciamento junto à ANTT, conforme anexo deste edital, durante todo o período em que o bem se mantiver sobre sua responsabilidade.

5.17.3. É de responsabilidade exclusiva da Credenciada nos termos deste Termo de Referência, a guarda, manutenção e conservação dos veículos que receber, responsabilizando-se por eventuais danos e prejuízos.

5.17.4. A credenciada assume a responsabilidade pelos prejuízos provocados a terceiros durante a execução da remoção, depósito e guarda de veículos, ocasionados diretamente ou por seus prepostos.

5.17.5. À ANTT cabe responsabilidade meramente subsidiária em relação à integridade do veículo apreendido ou retido decorrente de sua atividade fiscalizatória.

5.18. **DOS VALORES DE REMOÇÃO E ESTADA:**

5.18.1. A cobrança dos serviços estão fixados de acordo com o item 1.1

5.19. **DO PROCEDIMENTO DE LIBERAÇÃO DE VEÍCULOS:**

5.19.1. A liberação de veículos retidos ou apreendidos somente ocorrerá por meio de emissão do TERMO DE LIBERAÇÃO, assinado por representante da ANTT.

5.19.2. A liberação de veículos retidos ou apreendidos somente ocorrerá mediante a comprovação de pagamento das despesas devidas pelo infrator, conforme trata as resoluções e legislação que embasaram a medida administrativa. O procedimento de liberação de veículo, a ser executado pelo infrator, estará descrito no verso do "TERMO DE APREENSÃO/REMOÇÃO/TRANSBORDO - TART", a ser entregue no momento da apreensão/remoção/transbordo.

5.19.3. Toda documentação necessária à liberação deve ser transmitida pelo postulante por meio eletrônico, conforme descrito no TART. Excepcionalmente, em caso de necessidade, é admitida a entrada com postulação e documentos nos setores de protocolos da ANTT (regionais e sede).

5.19.4. Após análise da solicitação de liberação e documentações correlatas, a ANTT disponibilizará ao infrator, pelo mesmo canal do item 5.19.3, informação a respeito das pendências ou, em não as havendo, o TERMO DE LIBERAÇÃO.

5.19.5. Em virtude da inafastabilidade da jurisdição, por força de decisão judicial o veículo poderá ser liberado independentemente, ou não, do pagamento das despesas do pátio e remoção. Neste caso, será dada ciência à empresa mediante termo específico.

5.19.6. A credenciada concorda em conceder ao proprietário do veículo um prazo de 48 horas sem cobrança adicional para a retirada do veículo a partir do pagamento da dívida, visto a necessidade de validação e emissão do TERMO DE LIBERAÇÃO pela ANTT.

5.20. Constatada a permanência do veículo no pátio em alinhamento com dispositivo vigente que permita o leilão do(os) veículo(os) apreendidos ou, em ausência de dispositivo direcionado, em alinhamento com a LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, no que diz respeito aos prazos, poderá ser providenciado o leilão visando custear as despesas da Credenciada.

- 5.20.1. As providências para o leilão deverão correr por conta da Credenciada.
- 5.20.2. Os veículos a serem leiloados permanecerão no pátio da Credenciada até a realização do leilão.
- 5.21. **DO DESCREDENCIAMENTO DA EMPRESA:**
- 5.21.1. O Credenciamento poderá ser rescindido por:
- 5.21.1.1. pedido formalizado pelo credenciado;
- 5.21.1.2. perda das condições de habilitação do credenciado;
- 5.21.1.3. descumprimento injustificado da credenciada; e
- 5.21.1.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
- 5.21.2. Na hipótese de o descredenciamento ocorrer por requerimento da parte, esta deverá se responsabilizar pelos veículos guardados por força deste credenciamento.
- 5.22. **DA INEXISTÊNCIA DE CONTRAPRESTAÇÃO FINANCEIRA POR PARTE DA ANTT:**
- 5.22.1. De acordo com o presente termo, à ANTT não caberá nenhum ônus financeiro, de qualquer espécie, decorrente da execução da prestação dos serviços, objeto do credenciamento.

**Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.23. Os serviços serão prestados em todo o território do Brasil.
- 5.24. A credenciada deverá manter um sistema de comunicação permanente que permita à ANTT solicitar seus serviços a qualquer hora do dia ou da noite, nos sete dias da semana.
- 5.25. A credenciada atenderá os infratores em horário comercial e em dias úteis.

**PRAZO DE EXECUÇÃO E FORMALIZAÇÃO**

- 5.27. Os serviços deverão ser prestados em até 4 horas após o acionamento da credenciada pela ANTT. Caso a credenciada não preste o serviço no prazo estabelecido, será acionada outra credenciada próxima ao local da operação realizada e/ou do cometimento da infração, seguindo o critério de proximidade e rodízio entre os pátios.
- 5.28. O acionamento da credenciada se dará por telefone ou serviço de mensageria eletrônica disponibilizados quando do credenciamento e que deverão ser mantidos atualizados.

**Rotinas a serem cumpridas e Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

- 5.29. A remoção poderá ser efetuada por meio de Guincho ou Condução do veículo apreendido pelo Credenciado.
- 5.30. Utilizar, na prestação da atividade de remoção, os veículos devidamente cadastrados junto à ANTT.
- 5.31. Instalar e manter em funcionamento, nas dependências do depósito de veículos, no mínimo um tipo de meio de comunicação, que permita contato imediato da ANTT com seus representantes, através de telefones ou email.
- 5.32. Solicitar, de pronto, a alteração do cadastramento do quadro de pessoal e da vinculação dos veículos automotores destinados à prestação das atividades de remoção, quando for o caso.
- 5.33. Comunicar, prévia e oficialmente, mudança de endereço e/ou dados de contato.
- 5.34. Disponibilizar todas as informações, sempre que solicitado, relativas às condições jurídicas, administrativas e contábeis da empresa.
- 5.35. Zelar pela observância das regras sociais de convivência e urbanidade dos seus empregados e profissionais contratados ou prestadores de serviços.
- 5.36. Atender prontamente aos servidores da ANTT quando da realização das atividades de supervisão e acompanhamento, permitindo o livre acesso às dependências e documentos do depósito, inclusive documentos fiscais referentes às ações motivadas pelos serviços encaminhados pela ANTT, disponibilizando todas as informações solicitadas pelos técnicos.
- 5.37. Emitir Nota Fiscal, referente à prestação das atividades, com todos os valores identificados conforme itens da tabela do item 1.1, tempestivamente ao pagamento pelo usuário infrator, e mantê-las sob guarda e arquivo na credenciada, podendo ser alvo de consulta posterior por parte da ANTT.
- 5.38. Disponibilizar os equipamentos necessários para a perfeita execução do serviço.
- 5.39. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da execução das atividades para a quais foi credenciada.
- 5.40. Guardar os documentos referentes aos veículos removidos ao depósito pelo prazo mínimo de cinco anos a contar de sua liberação, na forma da LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 e suas atualizações .
- 5.41. Manter a guarda dos veículos em local adequado, preservando a integridade do veículo.
- 5.42. O piso do local onde será feita a guarda de veículos deverá ser plano, pavimentado ou coberto com brita.
- 5.43. O local de guarda de veículos deve ser cercado com muro e possuir segurança 24 horas.
- 5.44. Possuir espaço mínimo de 300m².
- 5.45. Manter em arquivo ficha de depósito do veículo recolhido, devendo ser decalcado o número do motor e do chassi, bem como constar os dados da liberação do bem.
- 5.46. Zelar pela integridade e segurança dos documentos de veículos porventura deixados sob sua guarda.
- 5.47. Proceder com zelo e atenção ao examinar e conferir qualquer documento relacionado com sua atividade-fim.
- 5.48. Cumprir os procedimentos de recepção, remoção, guarda e liberação de veículos, bem como de encaminhamento dos documentos de remoção e guarda dos veículos, na forma solicitada pela ANTT.

5.49. Realizar a vistoria no momento do ingresso do veículo no pátio ou no momento da remoção - o que ocorrer primeiro - de forma a descrever suas condições no momento da apreensão, colhendo a assinatura do autuado ou, na sua impossibilidade, a do fiscal da ANTT.

5.50. Contar com serviço de guincho para veículos leves e pesados, os quais poderão ser feitos mediante subcontratação, mas sob responsabilidade da credenciada.

5.51. **Requisitos Mínimos para a Credenciada**

5.52. OBRIGAÇÕES DA ANTT:

5.52.1. Propiciar à credenciada condições para a plena execução do objeto;

5.52.2. Fornecer à empresa os documentos e informações necessários à adequada instrução da sua atividade, livres de embarraços, ônus e pendências;

5.52.3. Informar à credenciada, por escrito, os dados dos servidores e/ou Órgão responsáveis pela fiscalização e gestão do credenciamento;

5.52.4. Fiscalizar, através de Comissão especialmente designada para este fim, a exata execução deste credenciamento, informando à Autoridade competente de eventuais irregularidades na sua execução, para a adoção das providências legalmente estabelecidas;

5.52.5. Providenciar a publicação do extrato do edital de credenciamento no Diário Oficial da União;

5.52.6. Obedecer ao estabelecido na Lei Federal nº 14.133 de 01/04/21, o Decreto 11.878 de 09/01/2024 , e demais normas que disciplinam a matéria.

5.53. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

5.53.1. A manter durante toda a vigência do credenciamento, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela legislação pertinente, neste instrumento, no edital e seus anexos, e demais documentação do processo, bem como:

5.53.2. Instalar equipamentos e sistema de informática para impressão de notas e controles administrativos;

5.53.3. Disponibilizar materiais de escritório, mesas e cadeiras em quantidade suficiente para os atendimentos;

5.53.4. Adotar as providências necessárias para o recebimento dos valores referentes aos bens removidos;

5.53.5. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por danos de qualquer natureza decorrentes da atividade objeto deste credenciamento, assumindo integralmente, inclusive, o ônus de eventuais prejuízos causados a terceiros.

5.53.6. Arcar com todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e comerciais, resultantes da execução dos serviços, bem como pelo pagamento de quaisquer preços públicos que se tenham por devidos;

5.53.7. Respeitar e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, previstas na legislação pertinente;

5.53.8. Pagar toda e qualquer indenização por danos pessoais, morais, materiais, lucros cessantes, trabalhistas causados à ANTT ou a terceiros, por sua culpa ou de seus prepostos, decorrentes da execução dos serviços objetos do credenciamento;

5.53.9. Prestar informações e/ou esclarecimentos, concernentes à execução dos serviços, que venham a ser solicitadas pela ANTT;

5.53.10. Conceder o apoio necessário aos servidores que serão designados pela ANTT para o acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;

5.53.11. Comunicar à ANTT, formal e prontamente, indícios de irregularidades ou anormalidade que verificar na execução dos serviços, assim como qualquer indício de ilícito penal ou improbidade administrativa, sem prejuízo da comunicação à autoridade policial competente, nos casos de ilícitos penais.

5.53.12. Manter absoluto sigilo das informações que porventura lhe serão disponibilizadas em razão da execução do objeto, sendo defeso seu uso, divulgação, ou reprodução sob qualquer pretexto.

5.54. **É VEDADO ÀS EMPRESAS CREDENCIADAS:**

5.54.1. Praticar qualquer ato contrário ao Edital, às normas regulamentares da ANTT, ao TERMO DE REQUERIMENTO, RESPONSABILIDADE E ADESÃO AO CREDENCIAMENTO e à legislação vigente, no que se refere aos procedimentos envolvendo a guarda e remoção de veículos retidos decorrentes da fiscalização da ANTT;

5.54.2. Fazer qualquer cobrança que não sejam as estabelecidas neste TR;

5.54.3. Cobrar valores diferentes dos estabelecidos pela ANTT;

5.54.4. Realizar intermediação do pagamento dos serviços prestados a terceiros;

5.54.5. Contratar e vincular servidores da administração pública para exercerem atividades objeto deste credenciamento;

5.54.6. Utilizar a logomarca da ANTT, salvo autorização específica conforme pedido;

5.54.7. Divulgar, sem autorização expressa da ANTT, no todo ou em parte, informações reservadas que detenha em face do credenciamento realizado;

5.54.8. Praticar ou permitir que profissional cadastrado, bem como qualquer empregado, pratique atos de improbidade contra a fé pública, contra o patrimônio, ou contra a Administração Pública ou privada, previstos na Lei 8.429/92;

5.54.9. Liberar veículos retidos decorrentes da fiscalização da ANTT, sob a responsabilidade da credenciada, sem o respectivo pagamento dos valores de estadas e remoção e sem o devido TERMO DE LIBERAÇÃO emitido pela ANTT, quando for o caso;

5.54.10. Retirar, facilitar ou permitir a retirada de qualquer peça, acessório ou equipamento obrigatório dos veículos retidos em depósito, exceto no tocante à carga e objetos de uso pessoal do proprietário, condutor ou possuidor.

5.55. **RESPONSABILIDADE:**

- 5.55.1. O proprietário, os sócios-proprietários, o gerente e empregados responderão penal, administrativa e civilmente pela execução indevida das atividades e obrigações previstas neste Termo de Referência e nas normas legais e regulamentares pertinentes.
- 5.55.2. A responsabilidade compreende o ressarcimento de qualquer dano material, moral ou financeiro, inclusive os de natureza indenizatória, que a ANTT venha a ter que assumir em decorrência da inexecução ou execução incorreta, culposa ou dolosa, da atividade decorrente deste credenciamento.
- 5.55.3. O proprietário ou os sócios-proprietários das empresas credenciadas são solidariamente responsáveis pelas atividades praticadas por seus empregados.
- 5.55.4. Declarar que tomou conhecimento de todas as informações constantes no presente Termo de Referência e cumprir com tais obrigações.
- 5.55.5. Cumprir as normas estabelecidas pelo CONTRAN e pelo Código de Trânsito Brasileiro e as orientações ou as normatizações traçadas pelo DETRAN de cada estado, no que couber.
- 5.55.6. Apresentar comprovante de regularidade fiscal.
- 5.55.7. Apresentar alvará de autorização de funcionamento.
- 5.55.8. Apresentar fotos dos locais de guarda, para certificação quanto ao atendimento dos requisitos elencados.
- 5.55.9. No caso de cancelamento do credenciamento, caberá aos seus representantes legais, sob pena de responsabilidade civil, a retirada de toda e qualquer identificação visual que represente a ANTT.
- 5.56. **ACOMPANHAMENTO:**
- 5.56.1. A ANTT acompanhará o cumprimento do Edital, do TERMO DE REQUERIMENTO, RESPONSABILIDADE E ADESÃO AO CREDENCIAMENTO, e de toda a normatização pertinente, utilizando-se dos meios administrativos e legais necessários para este fim.
- 5.56.2. A ANTT poderá, quando realizar as atividades de acompanhamento do credenciamento junto à credenciada, utilizar-se da infraestrutura deste.
- 5.56.2.1. Entende-se por infraestrutura as linhas telefônicas, computadores, fotocopiadoras, impressoras e outros materiais necessários ao trabalho de acompanhamento do credenciamento.
- 5.56.3. A ANTT poderá descredenciar a empresa perante a evidência de qualquer infração ao disposto no Edital, no TERMO DE REQUERIMENTO, RESPONSABILIDADE E ADESÃO AO CREDENCIAMENTO, ou em toda a normatização pertinente.
- 5.57. **REMOÇÃO DOS VEÍCULOS APREENDIDOS**
- 5.57.1. A critério de conveniência e necessidade do Credenciado, este poderá optar pela remoção do veículo apreendido por meio de carro-guincho ou pela condução do próprio veículo.
- 5.57.2. Sendo utilizados carros-guinchos, estes deverão satisfazer às seguintes condições:
- 5.57.2.1. Os carros-guinchos deverão satisfazer as seguintes condições:
- 5.57.2.2. Estarem devidamente registrados e licenciados no Órgão Executivo de Trânsito de qualquer Unidade da Federação;
- 5.57.2.3. Encontrarem-se em bom estado de funcionamento e conservação;
- 5.57.2.4. Estarem categorizados de modo consonante à atividade a ser realizada e possuírem as características técnico-operacionais suficientes para realização da demanda com segurança e eficiência.
- 5.57.3. Os condutores dos veículos, seja o carro-guincho ou o condução do veículo apreendido, deverão:
- 5.57.3.1. Possuir habilitação compatível com o conjunto (veículo rebocador/veículo rebocado/veículo conduzido).
- 5.57.3.2. Atender a todas as normas estabelecidas pelo CTB durante a condução do veículo.
- 5.57.3.3. Multas que resultem da condução do veículo apreendido serão de responsabilidade do Credenciado.
- 5.57.3.4. O condutor do veículo e seu ajudante, se houver, deverão estar utilizando crachá identificador para o desempenho de sua atividade vinculada à credenciada, ou apresentar outro documento que comprove vínculo com a credenciada, seja empregatício ou de prestação de serviços;

## 6. **MODELO DE GESTÃO DO CREDENCIAMENTO**

- 6.1. O credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto nº 11.878 de 09/01/2024, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do credenciamento, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a credenciada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do termo de requerimento, responsabilidade e adesão ao credenciamento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da credenciada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, dentre outros.
- 6.6. Estando a documentação e exigências cumpridas, o início da execução do objeto poderá ser imediatamente após o momento da assinatura do termo de requerimento, responsabilidade e adesão ao credenciamento.

## Fiscalização

6.7. A execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.8. O fiscal técnico do credenciamento acompanhará a execução dos serviços, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Requerimento, Responsabilidade e Adesão ao Credenciamento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do credenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do credenciamento emitirá notificações para a correção da execução dos serviços, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11. O fiscal técnico informará ao gestor do credenciamento, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução dos serviços nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do credenciamento. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.13. O fiscal técnico do credenciamento comunicará ao gestor do credenciamento, em tempo hábil, o término do credenciamento sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.14. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação da credenciada, o pagamento pelo infrator; e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Requerimento, Responsabilidade e Adesão ao Credenciamento, o fiscal administrativo do credenciamento atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do credenciamento para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### **Gestor do credenciamento**

6.16. O gestor do credenciamento coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do credenciamento contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do credenciamento, a exemplo do Termo de Requerimento, Responsabilidade e Adesão ao Credenciamento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do credenciamento para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do credenciamento acompanhará os registros realizados pelos fiscais, de todas as ocorrências relacionadas à execução dos serviços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18. O gestor do credenciamento emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo credenciado, com menção ao seu desempenho na execução dos serviços, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.19. O gestor do credenciamento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.20. O gestor do credenciamento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

#### **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. As despesas com a realização dos serviços mencionados neste Termo de Referência correrão única e exclusivamente por conta dos infratores.

7.2. A ANTT não arcará, em hipótese alguma, com as despesas provenientes dos serviços prestados pelas Credenciadas.

7.3. A Credenciada será a responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos, demais despesas diretas ou indiretas e quaisquer ônus que se fizerem necessários à execução dos serviços prestados.

7.4. Poderão ser reajustados os valores dos termos de credenciamento, respeitada a anualidade e considerado o índice de preços ao consumidor (IPCA).

#### **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10(dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do serviço prestado pela Credenciada com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga pelo infrator.



- 7.7. O fiscal técnico realizará o recebimento provisório do serviço prestado pela credenciamento mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.8. O fiscal administrativo realizará o recebimento provisório do objeto do serviço prestado pela Credenciada mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.9. O fiscal setorial do credenciamento, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.11. O credenciado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do credenciamento, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do credenciamento para recebimento definitivo.
- 7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo credenciado, com menção ao seu desempenho na execução do credenciamento, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.16.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.16.3. Comunicar a empresa para que proceda às tratativas de recebimento dos valores provenientes dos infratores.
8. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 8.1. O credenciado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021.

#### **Regime de execução**

- 8.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, uma vez que haverá a execução do credenciamento conforme a demanda, sem o conhecimento exato do quantitativo.

#### **Exigências de habilitação**

- 8.3. *Previamente à celebração do credenciamento, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*
- a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de credenciamento.
- 8.8. Caso atendidas as condições para o credenciamento, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. *Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:*

#### **Habilitação Jurídica**

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Apresentar alvará de autorização de funcionamento.

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.29. [Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do credenciamento;

8.30. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.31. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto do credenciamento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.32. [O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.33. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.34. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

#### **Qualificação Técnica**

8.35. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto do credenciamento;

8.36. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades do credenciamento.

8.37. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente ou Junta Comercial correspondente, em plena validade;

8.38. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do termo de requerimento, responsabilidade e adesão ao credenciamento, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.39. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto credenciado, dentre outros documentos.

9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DO CREDENCIAMENTO**

9.1. Ressaltando que o valor indicado é para 60 meses e não trará custo para a ANTT, o custo estimado total do credenciamento é de R\$ 8.375.855,20 (oito milhões, trezentos e setenta e cinco mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos) conforme custos unitários apostos na tabela apresentada no item 1.1.

10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. Não há despesa decorrente do presente credenciamento e/ou contratações decorrentes.

**ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

Nome: Márcio Xavier de Araújo

Matrícula/SIAPE: 2076777

(Assinatura Eletrônica)

Márcio Xavier de Araújo

Nome: Marina Veloso de Melo dos Santos

Matrícula/SIAPE: 1671835

(Assinatura Eletrônica)

Marina Veloso de Melo dos Santos

Nome: Rafael Sarto Muller

Matrícula/SIAPE: 2072317

(Assinatura Eletrônica)

Rafael Sarto Muller

Nome: Suelen Soares da Costa

Matrícula/SIAPE: 1511547

(Assinatura Eletrônica)

Suelen Soares da Costa

**APROVAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PELA GERÊNCIA**

(assinado eletronicamente)

**RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES**

Gerente de Recursos Logísticos

**Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente**

Nome: **EDUARDO JOSÉ MARRA**

Matrícula/SIAPE: 1533949

Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo de contratação, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com o credenciamento necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser credenciado e orientar a execução e fiscalização contratuais obrigatórios pertinentes exigidos no art. 6º, XXIII, c/c art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, APROVO o referido documento.

(assinado eletronicamente)

**EDUARDO JOSÉ MARRA**

Superintendente de Gestão Administrativa

**ANEXO I**

Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 29337625)

**ANEXO II**

**MINUTA DE TERMO DE REQUERIMENTO, RESPONSABILIDADE E ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**

A empresa **[razão social]**, inscrita sob CNPJ **[CNPJ]**, pelo presente termo, requer credenciamento perante a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para prestação dos serviços de remoção e guarda de veículos.

Para tanto, apresenta todos os documentos exigidos em edital\* e todas as informações solicitadas no termo de referência e compromete-se a observar fielmente os ditames do edital a que se habilita, a legislação vigente, os regulamentos da ANTT, instruções e as demais normas expedidas no que tange à remoção, depósito e guarda de veículos.

Compromete-se a assumir a responsabilidade pelos prejuízos provocados a terceiros durante a prestação dos serviços, ocasionados diretamente ou por seus prepostos. A cobrança de seus serviços está fixada nos termos do Edital de Credenciamento normatizador do presente instrumento.

Declara, a subscrita empresa interessada neste credenciamento, que se encontra regular em suas situações cadastral, fiscal, contábil, trabalhista, econômico-financeira e técnica, apta, portanto, à prestação adequada dos serviços objetos do referido edital; e que o pessoal, os veículos e os pátios elencados para a prestação dos serviços pela empresa atendem a todos os requisitos dispostos no referido edital.

Manifesta total adesão às cláusulas a seguir estabelecidas e expressamente o compromisso do fiel cumprimento das atribuições e dos encargos que lhe são conferidos pelos instrumentos jurídicos elencados.

#### 1 CLÁUSULA PRIMEIRA

A CREDENCIADA assume todos os direitos, riscos, deveres e obrigações, declarando-se de pleno acordo com as normas estabelecidas para serviços de remoção, depósito e guarda de veículos, somente liberando os veículos sob sua guarda com autorização expressa da ANTT.

#### 2 CLÁUSULA SEGUNDA

A CREDENCIADA possui a responsabilidade de verificar e registrar as condições e itens dos veículos sob sua responsabilidade, zelando pela integridade destes durante o período da guarda e/ou remoção, e conferindo o registro junto ao representante da empresa quando de sua liberação.

#### 3 CLÁUSULA TERCEIRA

A CREDENCIADA concorda em adotar os valores determinados no edital, bem como conceder ao proprietário do veículo um prazo de 48 horas sem cobrança para a retirada do veículo a partir do pagamento da dívida, visto a necessidade de validação e emissão do TERMO DE LIBERAÇÃO pela ANTT.

#### 4 CLÁUSULA QUARTA

O presente documento, dotado de todas as assinaturas exigíveis, oficializa o credenciamento da empresa junto à ANTT, para composição de banco de dados de serviços de guarda e/ou remoção de veículos, cujo serviço poderá ser eventualmente acionado para contratação pela empresa proprietária do veículo apreendido ou retido.

#### 5 CLÁUSULA QUINTA

O presente TERMO vigorará por até à data final de vigência do credenciamento, apresentada no item 1.3 do Termo de Referência e enquanto o credenciado obedecer ao que foi estipulado no seu Edital de Credenciamento de referência, podendo ser encerrado a qualquer momento mediante manifestação formal de uma das partes. A ANTT solicitará informações para confirmação das regularidades para a manutenção da atividade e correta vinculação de pátios, profissionais e veículos à credenciada.

#### 6 CLÁUSULA SEXTA

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as divergências oriundas deste TERMO DE REQUERIMENTO, RESPONSABILIDADE E ADESÃO AO CREDENCIAMENTO.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam este instrumento.

**[Local], [Dia] de [Mês] de [Ano].**

\_\_\_\_\_  
POSTULANTE AO CREDENCIAMENTO, adiante CREDENCIADA  
(Representante da Empresa)

\_\_\_\_\_  
CREDENCIADORA (ANTT)

\* Comprovante de Situação Cadastral perante a Receita Federal, constando CNAE compatível com atividade principal ou secundária a ser realizada e para a qual está se cadastrando; Comprovação de habilitação para emissão de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e); Croqui e fotos dos pátios a serem utilizados, com inserção das devidas dimensões, para as postulantes à atividade de guarda.

#### ANEXO III

#### CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA, SEUS RESPONSÁVEIS, PREPOSTOS, MOTORISTAS, VEÍCULOS E PÁTIOS

##### 1 Empresa

Razão Social:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

Registro na junta comercial:

CNPJ:

Objeto social:

Telefones:

E-mail:

## 2 Proprietário(s)

Nome:

CPF:

Identidade:

Emissor:

Data:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

Telefones:

E-mail:

## 3 Gerente

Nome:

CPF:

Identidade:

Emissor:

Data:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

Telefones:

E-mail:

## 4 Motorista(s)

Nome:

CPF:

CNH:

Categoria:

Validade:

Identidade:

Emissor:

Data:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

## 5 Veículo(s)

Placa:

Marca:

Modelo:

Ano:

Renavan:

**6 Pátio(s)**

Endereço:

Município/UF:

CEP:

Área total:



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 28/01/2025, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL SARTO MULLER, Técnico em Regulação**, em 28/01/2025, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES, Gerente**, em 28/01/2025, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente**, em 31/01/2025, às 10:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 21, inciso II, da [Instrução Normativa nº 22/2023](#) da ANTT.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.antt.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **29337570** e o código CRC **C7BB4924**.

Referência:50500.039562/2023-85

SEI nº 29337570